

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO**

**AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DESENVOLVIDAS NAS ESCOLAS
PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE MACEIÓ - ALAGOAS**

ARIANA DE FARIAS BEZERRA

Maceió
2013

ARIANA DE FARIAS BEZERRA

**AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DESENVOLVIDAS NAS ESCOLAS
PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE MACEIÓ - ALAGOAS**

Dissertação apresentado à Pós graduação da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Alagoas como requisito para obtenção de título Mestre em Nutrição –Epidemiologia dos Agravos Nutricionais, sob a orientação do Prof. Doutor Haroldo da Silva Ferreira e coorientação Prof. Doutora Risia Cristina Egito Menezes.

Orientador: Prof. Dr. Haroldo da Silva Ferreira

Coorientadora Prof.(a) Dr. Risia Cristina Egito
Menezes

Faculdade de Nutrição- FANUT

Universidade Federal de Alagoas

Maceió
2013

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade

B574a Bezerra, Ariana de Farias.
Ações de alimentação e nutrição desenvolvidas nas escolas públicas de ensino fundamental de Maceió - Alagoas / Ariana de Farias Bezerra. – 2013.
66 f.

Orientador: Haroldo da Silva Ferreira.
Co-orientadora: Risia Cristina Egito Menezes.
Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Nutrição. Programa de Pós-Graduação em Nutrição. Maceió, 2013.

Inclui bibliografias.
Apêndices: f. 53-64
Anexos: f. 65-66.

1. Alimentação. 2. Nutrição. 3. Escolas públicas – Maceió (AL) – Promoção da saúde. 4. Merenda escolar – Maceió (AL). I. Título.

CDU: 612.39 :373.3



MESTRADO EM NUTRIÇÃO
FACULDADE DE NUTRIÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



Campus A. C. Simões
BR 104, km 14, Tabuleiro dos Martins
Maceió-AL 57072-970
Fone/fax: 81 3214-1160

**PARECER DA BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE
DISSERTAÇÃO**

**AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DESENVOLVIDAS NAS ESCOLAS
PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE MACEIÓ - ALAGOAS**

por

ARIANA DE FARIAS BEZERRA

A Banca Examinadora, reunida as 04 dias do mês de novembro do ano de 2013, considera a candidata **APROVADA**.

Prof. Dr. Risia Cristina Egito de Menezes
Faculdade de Nutrição
Universidade Federal de Alagoas
(Coorientador)

Prof. Dr. Giovana Longo-Silva
Faculdade de Nutrição
Universidade Federal de Alagoas
(Examinador)

Prof. Dr. Wanda Griep Hirai
Faculdade de Serviço Social
Universidade Federal de Alagoas
(Examinador)

Maceió
2013

À minha amada filha Luana Bezerra dos Santos que esteve comigo em todos os momentos me dando forças para continuar a caminhada.

AGRADECIMENTOS

Eu agradeço a Deus pela oportunidade, sabedoria e força para que eu pudesse chegar até aqui.

Agradeço a todos que de alguma maneira contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos professores da FANUT/UFAL, e principalmente ao meu orientador e amigo, Prof Dr. Haroldo da Silva Ferreira, por sua presteza e determinação.

A Prof. Dr. Risia Cristina Egito Menezes que enquanto minha co-orientadora auxiliou na construção e finalização deste trabalho.

Aos diretores, professores e funcionários das escolas pesquisadas.

A minha família: meus pais Amauri e Maria grande incentivadores, meus irmãos Anderson e Alissandra, e a todos os demais amigos pelo carinho e apoio.

Em especial as minhas amigas Edna Teixeira e Sara Xavier pelo apoio dado durante a construção deste trabalho.

“Se você quer ser bem sucedido, precisa ter dedicação total, buscar seu último limite e dar o melhor de si mesmo.”

(Ayrton Senna da Silva)

RESUMO

BEZERRA, Ariana de Farias. **AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DESENVOLVIDAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE MACEIÓ – ALAGOAS**. 2013. 67f. Dissertação (Mestrado em Nutrição Humana) – Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

O campo da saúde se modificou ao longo do tempo, com a aprovação das normativas legais que regularizam a promoção e a proteção da saúde, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania. O estímulo a práticas alimentares saudáveis, a prevenção e o controle dos distúrbios nutricionais, bem como o estímulo às ações intersetoriais que propiciem o acesso universal aos alimentos enaltecem a importância do desenvolvimento de ações nas escolas, uma vez que as crianças e adolescentes nesta faixa etária estão formando seus hábitos alimentares. O presente estudo, realizado no período de março 2012 a março 2013, foi desenvolvido em 40 escolas públicas de ensino fundamental de Maceió com o objetivo de identificar as ações de alimentação e nutrição no contexto escolar. O documento aqui apresentado tem a seguinte estrutura: educação alimentar e nutricional (EAN) no âmbito escolar, promoção de hábitos alimentares saudáveis, regulamentação das ações de alimentação e nutrição no âmbito escolar, segurança alimentar e nutricional no contexto das ações de alimentação e nutrição. O referencial teórico possibilitou a contextualização das ações de alimentação e nutrição a luz das diretrizes existentes no âmbito escolar e a sinalização das formas de apresentação destas ações. Desenvolvida nos moldes da pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, utilizou-se a entrevista direta com aplicação de um questionário semiestruturado, tendo como participantes: diretores, coordenadores pedagógico e professores.

PALAVRAS-CHAVE: Escolas, Promoção da Saúde, Alimentação e Nutrição.

ABSTRACT

BEZERRA, Ariana Farias. SHARES OF FOOD AND NUTRITION DEVELOPED IN PUBLIC SCHOOLS ELEMENTARY SCHOOL MACEIÓ - ALAGOAS. 2013. 67f. Dissertation (Masters in Human Nutrition) - Faculty of Nutrition, Federal University of Alagoas, Maceió, 2013.

The healthcare field has changed over time, with the approval of laws that do regulate the promotion and protection of health, enabling the full expression of the potential for human growth and development, quality of life and citizenship. Encouraging healthy eating practices, prevention and control of nutritional disorders, as well as the stimulation of intersectoral actions that provide universal access to food extol the importance of developing actions in schools, since children and adolescents in this age group are forming their eating habits. This study, conducted from March 2012 to March 2013, was conducted in 40 public elementary schools in Maceió with the objective of identifying the food and nutrition in the school context. The document presented here has the following structure: food and nutrition education (EAN) in schools, promoting healthy eating habits, rules governing actions for food and nutrition in schools, food and nutrition security in the context of the shares of food and nutrition. The theoretical framework enabled the context of food and nutrition actions in light of existing guidelines in schools and signaling of the presentations of these actions. Developed along the lines of qualitative, descriptive study, we used the direct interview with the application of a semi-structured questionnaire, and the participants: directors, pedagogic coordinators and teachers.

KEYWORDS: Schools, Health Promotion, Nutrition.

LISTA DE ABREVIATURAS

DHAA – Direito Humano a Alimentação Adequada

EAN – Educação Alimentar e Nutricional

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

INAN – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador

PCA – Programa de Complementação Alimentar

PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNS – Programa de Nutrição e Saúde

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAN – Política Nacional de Alimentação e Nutrição

PPP – Projeto Político Pedagógico

PRONAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE QUADROS, FIGURAS E TABELAS

Artigo de resultados – Ações de Alimentação e Nutrição as Escolas Públicas do Ensino Fundamental do Município de Maceió, AL, 2013.

FIGURAS

Figura 1 Participação das Escolas Públicas do município de Maceió na pesquisa.

GRÁFICOS

Gráfico 1 Formação dos diretores das escolas públicas de ensino fundamental de Maceió.

Gráfico 2 Influência das ações de alimentação e nutrição na formação de hábitos alimentares saudáveis.

Gráfico 3 Atribuição da responsabilidade de implantação das ações de alimentação e nutrição nas escolas.

Gráfico 4 Apresentação da viabilidade de implantação e existência de produtos da região na merenda escolar.

Gráfico 5 Disciplinas que desenvolvem ações de alimentação e nutrição.

Gráfico 6 Temas abordados nas ações de alimentação e nutrição desenvolvidos nas escolas.

Gráfico 7 Recursos didáticos utilizados para aperfeiçoar a experiência de aprendizagem.

Gráfico 8 Desenvolvimento de ações de alimentação e nutrição na escola.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Problematização	13
1.2	Problemas	15
1.3	Hipóteses	15
1.4	Justificativa	15
1.5	Objetivos	16
1.5.1	Objetivo geral.....	16
1.5.2	Objetivos específicos.....	16
2	REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1	Ações de alimentação e nutrição: educação alimentar e nutricional (EAN) no âmbito escolar	18
2.2	Ações de alimentação e nutrição: promoção de hábitos alimentares saudáveis	20
2.3	Regulamentação das ações de alimentação e nutrição no âmbito escolar	21
2.4	Segurança alimentar e nutricional no contexto das ações de alimentação e nutrição	23
	REFERÊNCIAS	25
3	ARTIGO DE RESULTADOS	30
	Título do Artigo: Ações de alimentação e nutrição nas escolas públicas de ensino fundamental do município de Maceió, AL.	
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
5	APÊNDICES	53
7	ANEXOS	65

1 INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

A execução de ações de alimentação e nutrição no ambiente escolar contribuem para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis (PHILIPPI, 1999; CHAVES et al., 2013). Sendo a responsabilidade da execução das ações de todos os atores sociais envolvidos no processo de aprendizado: pais, funcionários, direção e, sobretudo, o educador, que no ambiente escolar estão envolvidos diretamente no processo de aprendizagem do aluno (LONGO-SILVA et al., 2013).

O ambiente escolar é um dos locais, no qual crianças, adolescentes e jovens estão inseridos cotidianamente, tornando-se desta maneira um espaço estratégico para disseminação de conhecimento sobre alimentação saudável. Porém, não se pode esquecer que intervenções educativas no âmbito da alimentação e nutrição transcendem o espaço escolar e exigem participação ativa e contínua no ambiente familiar, que também ocupam papel importante na educação alimentar tanto de crianças como principalmente de adolescentes e jovens (PELICIONI; TORRES, 1999).

A criança, quando inicia sua vida escolar, traz consigo a valorização de comportamentos favoráveis ou desfavoráveis à saúde, oriundos da família e outros grupos de relação mais direta. Durante a infância e adolescência, épocas decisivas na construção de condutas, a escola passa a assumir papel destacado devido a sua função social e por sua potencialidade para o desenvolvimento de um trabalho sistematizado e contínuo. Nesta fase, a conformação das atitudes está fortemente associada a valores que os educadores e comunidade escolar transmitem, inevitavelmente, aos alunos (BRASIL, 1997).

O educador tem papel primordial na construção dos hábitos alimentares. A educação alimentar e nutricional faz parte do currículo escolar através das normas estabelecidas pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e diretrizes PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Todavia, a falta de capacitação do educador, a falta de condições de trabalho adequado e a desmotivação do profissional da educação se tornam limitações para a execução de

ações de educação alimentar e nutricional nas escolas (GOMES et al., 2005; MARINHO et al., 2010).

Segundo Boog (2008), grande parte dos educadores defende que é responsabilidade da escola ensinar a criança a ter bons hábitos alimentares e quais são os alimentos que fazem parte de uma dieta saudável. Todavia, Boog (2010), destaca que ao longo da história, a alimentação foi negligenciada pelas Secretarias de Educação.

Existem algumas dificuldades em promover interdisciplinaridade entre alimentação e escola. Garcia et al. (2006) afirma que os profissionais da área da pedagogia apresentam resistência quanto a inclusão de temas voltados a alimentação de maneira articulada, de maneira a evidenciar a alimentação saudável como algo fundamental para a saúde dos escolares. E ainda, ressalta a grande falta de material didático na área de nutrição-alimentação para cursos de formação de professores.

O conhecimento dos educadores sobre alimentação e nutrição muitas vezes esta norteado em experiências vivenciadas e em suas próprias concepções que se baseiam em valores e crenças (SHIMABUKURO et al., 2008). Esse fato pode prejudicar as ações de educação alimentar e nutricional, que são baseadas em saberes não técnico científicos, podendo ser um risco para a propagação de conceitos errôneos sobre alimentação e nutrição saudável (LONGO-SILVA et al., 2013).

Portanto, fica evidente que o ambiente escolar tem papel crucial na sensibilização da população assistida e acompanhada, quanto a praticas de alimentação saudável. Desta forma, se faz necessária a conscientização e capacitação dos educadores e os demais envolvidos no processo de aprendizagem sobre assuntos de alimentação e nutrição. E respectivamente, o planejamento e adoção de estratégias que envolvam todos atores do ambiente escolar, visto que ações educacionais sobre alimentação e nutrição podem gerar mudanças de hábitos alimentares.

1.2 PROBLEMAS

A realização desta pesquisa responder às seguintes questões:

1. Existem ações de alimentação e nutrição desenvolvidas no âmbito escolar?
2. O corpo docente da rede pública teve em sua formação básica a abordagem de conteúdos relativos ao tema alimentação e nutrição?

1.1 HIPÓTESES

1. As escolas públicas em Maceió não realizam ações de alimentação e nutrição.
2. O corpo docente em sua formação básica não teve a abordagem de conteúdos relativos ao tema alimentação e nutrição.

1.2 JUSTIFICATIVA

O período o qual crianças, adolescentes e jovens passam no ambiente escolar é entendido como fundamental para trabalhar a promoção de saúde, pois vivem momentos de criação e revisão de hábitos e atitudes (BRASIL, 2002). Vários autores (TRICHES; GIUGLIANI, 2005; GABRIEL; SANTOS; VASCONCELOS et al., 2008; COSTA et al., 2009; FERNANDES et al., 2009; BOTELHO et al., 2010) relatam que ações de educação e nutrição realizadas no ambiente escolar contribuem para formação de hábitos alimentares saudáveis do público infantil.

Bernart e Zanardo (2011) destacam o fato de que crianças apresentam uma grande tendência de repetir o comportamento e opinião expressa verbalmente de professores e de outras crianças, e tratam sobre a importância de desenvolver ações de alimentação e nutrição em grupos. Deste modo, o ambiente mais favorável para o desenvolvimento de programas e ações de educação nutricional é a escola. Por ter sua estrutura muito próxima da família de seus alunos pode envolver também eles, atingindo assim um maior número de pessoas envolvidas na vida social do aluno (SALVI, 2009).

Com intuito de investigar se as escolas da rede pública de ensino de Maceió desenvolvem ações de alimentação e nutrição a presente pesquisa visou traçar um diagnóstico sobre a educação em nível fundamental das escolas públicas quanto a participação na formação de cidadãos que apresentam hábitos alimentares saudáveis.

1.5 OBJETIVOS

1.5.1 Objetivo Geral

Avaliar as ações de alimentação e nutrição desenvolvidas nas escolas públicas de ensino fundamental de Maceió, Alagoas.

1.5.2 Objetivos Específicos

- Identificar a existência de realização de ações de alimentação e nutrição no ambiente escolar.
- Verificar a formação e capacitação específica dos docentes responsáveis pelas ações de Alimentação e Nutrição;

2.1 AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO: EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL (EAN) NO ÂMBITO ESCOLAR

No Brasil, a história da educação alimentar e nutricional apresenta um estreito vínculo com as políticas de alimentação e nutrição em vigência no país (SANTOS, 2005). Em 2006, houve a publicação da Portaria Interministerial nº 1.010, que institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e de nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional, em que as ações de educação alimentar e nutricional é um dos eixos prioritários.

Segundo Santos (2012), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tem sofrido inúmeras alterações no seu aparato legal propiciando cada vez mais a incorporação da promoção da alimentação saudável no ambiente escolar como uma importante meta. Neste contexto, pode-se citar projetos como: “Dez Passos para Alimentação Saudável na Escola”, “Projeto Criança Saudável Educação Dez”, “Projeto Alimentação Saudável nas Escolas”, Projeto Educando com a Horta Escolar (BRASIL, 2006).

O conceito de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) traduz-se em um conjunto de estratégias sistematizadas para impulsionar a cultura e a valorização da alimentação, concebidas no reconhecimento da necessidade de respeitar, mas também modificar crenças, valores, atitudes, representações, práticas e relações sociais que se estabelecem em torno da alimentação, visando o acesso econômico e social de todos os cidadãos a uma alimentação quantitativa e qualitativamente adequada, que atenda aos objetivos de promoção da saúde, prazer e convívio social (BOOG, 2010).

O papel da EAN está vinculado à produção e assimilação de informações que sirvam de subsídios para auxiliar a tomada de decisões dos indivíduos que resulte em uma alimentação saudável (ZANCUL et al, 2009). Porém, a EAN exige o desenvolvimento de abordagens que permitam abraçar os problemas alimentares de modo mais amplo, por intermédio de estratégias que superem a mera transmissão de informações (GABRIEL et al, 2008)

Existem vários desafios a serem superados na EAN, pois fatores internos e externos influenciam no comportamento alimentar. Entre os fatores externos encontram-se a unidade familiar e suas características, as atitudes de pais e amigos,

os valores culturais e sociais e a influência da mídia. Já nos fatores internos, estão as necessidades e características psicológicas, a imagem corporal, os valores e experiências pessoais e as preferências alimentares (ZANCUL et al, 2009).

Para aplicação de ações de EAN se faz necessário que sejam considerados todos os aspectos que envolvem a formação dos hábitos e das atitudes que acontecem no dia a dia da escola. Devendo, deste modo, incluir a alimentação saudável como tema transversal, permeando todas as áreas que compõem o currículo escolar do ensino fundamental no Brasil (PICCOLI et al, 2010; BOOG, 2010).

A EAN favorece a incorporação de um estilo de vida saudável de maneira gradual e duradoura na vida dos escolares (GABRIEL et al, 2008). Fortalecendo assim, a importância de diferentes ações de EAN serem desenvolvidas no âmbito escolar, com o intuito de estimular o desenvolvimento humano saudável com relações humanas construtivas e harmônicas, promovendo aptidões e atitudes positivas para a saúde. É ainda, ações de EAN possibilitam a ampliação, de forma significativa, do papel da alimentação escolar para o desenvolvimento de hábitos de vida saudável (CUNHA et al, 2010; FERNANDES et al, 2009).

No ambiente escolar, o educador possui o papel de facilitador, que deve fazer uso de várias estratégias de ensino, como também deve ser detentor de conhecimentos e habilidades sobre promoção da alimentação saudável e ser capaz de incorporá-los ao seu fazer pedagógico. De modo que, o conhecimento abordado no ambiente escolar garanta a sustentabilidade das ações dentro e fora de sala de aula (DAVANÇO et al., 2005; SANTOS, 2012).

Doyle e Feldman (1994) descrevem um estudo que teve como objetivo avaliar o aprendizado dos alunos em relação a conhecimentos nutricionais, ministrados por professores locais e por nutricionistas. Os pesquisadores concluíram que quando o conhecimento sobre alimentação e nutrição era abordado pelos professores havia melhor aprendizado por parte dos alunos. Esse fato pode ser justificado pelo fato que o professor possui maior contato com os alunos, além de está envolvido na realidade social e cultural de cada aluno e apresenta uma similaridade comunicativa.

Segundo Boog (1997), um educador que não está inserido na mesma realidade social e cultural do educando possui mais dificuldades de interagir de forma significativa com mesmo. Entretanto, para que o professor se transforme em agente promotor de hábitos alimentares saudáveis é de extrema importância que

além de possuir conhecimento sobre a alimentação saudável, carregue consigo também uma a consciência da sua responsabilidade na formação dos hábitos alimentares do discente (TEMPORINI, 1992).

2.2 AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO: PROMOÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS

A alimentação e nutrição constituem requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania (BRASIL, 2012a).

No Brasil, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) define a promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis durante todas as etapas do curso da vida como uma de suas diretrizes, identificando o papel transformador da *educação alimentar e nutricional* na formação e disseminação de uma cultura alimentar que valorize a saúde (BRASIL, 2011c).

A PNAN tem como propósito a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição. (BRASIL, 2012a).

Promover a adoção de hábitos alimentares saudáveis representa um grande desafio para os profissionais da saúde e da educação. A infância é um momento propício para a aquisição de comportamentos, incluídos aqueles relativos à alimentação, inúmeros e distintos determinantes atuam na gênese deste comportamento (PICCOLI *et al*, 2010).

O Comportamento alimentar é inicialmente desenvolvido na infância, por interferência dos hábitos alimentares da família a qual a criança esta inserida, que por sua vez é sustentado por tradições e situação socioeconômica. Sendo assim, os hábitos alimentares dos pais estão intrinsecamente associados à ingestão alimentar e comportamento alimentar dos filhos. Todavia, ao longo da vida, o comportamento alimentar sofre mudanças motivadas por influência do meio, relacionado à escolaridade ou às mudanças psicológicas dos indivíduos (DAVANÇO *et al.*, 2004).

Os hábitos alimentares de escolares estão influenciados por fatores históricos, sociais, religiosos, econômicos e geográficos particulares a cada comunidade. Sendo assim, a alimentação pode ser considerada um fato social, onde o homem biológico e o homem social interagem gerando um cidadão com seu próprio comportamento alimentar (OLIVEIRA;THÉBAUD-MONY, 1997).

De forma que, as ações de alimentação e nutrição são compreendidas como um conjunto de estratégias que proporcionem aos indivíduos e coletividades a realização de práticas alimentares apropriadas aos seus aspectos biológicos e socioculturais, bem como ao uso sustentável do meio ambiente. Considerando-se que o alimento tem funções transcendentais ao suprimento das necessidades biológicas, pois agrega significados culturais, comportamentais e afetivos singulares que não podem ser desprezados (BRASIL, 2012a).

O desenvolvimento de habilidades pessoais em alimentação e nutrição implica pensar a educação alimentar e nutricional como processo de diálogo entre profissionais e a população, de fundamental importância para o exercício da autonomia e do auto-cuidado. Isso pressupõe, sobretudo, trabalhar com práticas referenciadas na realidade local, problematizadoras e construtivistas, considerando-se os contrastes e as desigualdades sociais que interferem no direito universal à alimentação (BRASIL, 2012a).

Dentre as estratégias propostas para desenvolver ações no contexto da promoção da saúde, identifica-se o ambiente escolar como prioritário, por caracterizar-se como um espaço de formação e potencialização de hábitos e práticas saudáveis, no qual as pessoas passam grande parte do seu tempo, vivem, aprendem e trabalham (BRASIL, 2007).

2.3 REGULAMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NO ÂMBITO ESCOLAR

Apoiada na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação e do Desporto elaborou uma série de documentos como referencial curricular nacional para o ensino fundamental. Esta série, denominada de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), procura oferecer às Secretarias de

Educação, escolas e demais instituições ou pessoas interessadas em educação, uma proposta de reorientação curricular com princípios e metas do projeto educacional. Dentro destes, há a orientação em promover concepções de saúde de modo transversal no currículo escolar (BRASIL, 1998).

Ações desta natureza têm sustentação nas Diretrizes dos PCN's do Ministério da Educação, na Estratégia Global para Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde da Organização Mundial da Saúde, nas recomendações da Portaria Interministerial nº 1.010 de 08 de maio de 2006, que instituem diretrizes para Promoção de ações de Alimentação e Nutrição nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas (CUNHA *et al*, 2010).

Bizzo e Leder (2005), ao lançarem uma reflexão a respeito da inserção das ações de alimentação e nutrição como temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, apontaram que estes devem dar-se pela construção coletiva do conhecimento mediante planejamento didático-participativo.

No mesmo sentido, Boog et al (2003) argumenta que o contexto desafiador das ações de alimentação e nutrição exige o desenvolvimento de abordagens educativas que permitam abraçar os problemas alimentares em sua complexidade, tanto na dimensão biológica como na social e cultural. As abordagens inter e transdisciplinares surgem como opções que podem oferecer caminhos alternativos.

Padilha (2003) considera o projeto político-pedagógico (PPP) da escola como, a priori, “um processo que estabelece princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar, sistematizar e significar as atividades desenvolvidas pela escola como um todo. Sua dimensão político-pedagógica pressupõe uma construção participativa que envolve ativamente os diversos segmentos escolares”.

Com base nesta colocação intui-se que o tema alimentação e nutrição pode harmonizar-se com o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, visto que vai além das questões biológicas, passando por questões educacionais, culturais e sociais, podendo estar pautado em todo o fazer pedagógico e, assim como objetiva o PPP, estar de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa nas unidades escolares da federação (VASCONCELLOS, 1995; BAFFI, 2002).

2.4 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CONTEXTO DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

A alimentação é uma necessidade básica para todo ser humano. Exerce influência sobre sua saúde, sua capacidade de trabalhar, de estudar e divertir-se, sobre sua aparência e longevidade. O acesso a uma alimentação que possa assegurar a saúde, o bem-estar e qualidade de vida é um direito declarado ao homem desde 1948, garantido a partir da assinatura da Declaração dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas, da qual o Brasil é signatário (ONU, 1948).

A alimentação e nutrição constituem direitos humanos fundamentais consignados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e são requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano com qualidade de vida e cidadania. O direito à alimentação é um direito do cidadão, portanto, dever do Estado e responsabilidade da sociedade (VALENTE, 2002).

Segundo Castro (1985), as Ações de Alimentação e Nutrição no Brasil foram iniciadas no ano de 1954, com a criação do Programa da Merenda Escolar. Em 1970, foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), autarquia pública vinculada ao Ministério da Saúde, que lançou o I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (I PRONAN), no período de 1973-74. Os primeiros programas abrangiam "grupos biologicamente vulneráveis", como gestantes, nutrízes e crianças menores de sete anos de idade. Em 1976, foi instituído o II PRONAN e, em 1980, o III PRONAN. Os Programas foram diversificando seus públicos de abrangência, com a criação e incorporação de programas que atuavam em diferentes setores: saúde (Programa de Nutrição e Saúde - PNS), assistência social (Programa de Complementação Alimentar - PCA), *educação (Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE)*, trabalho (Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT) e abastecimento (Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos).

As políticas desenvolvidas pelo Estado brasileiro, cujo objeto envolve as dimensões múltiplas da alimentação e nutrição, ganharam novo direcionamento a partir da Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional (LOSAN) – Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e

Nutricional (SISAN) (BRASIL, 2006a). De acordo com o art 3º da LOSAN, o conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN) consiste:

“A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, a Constituição Federal brasileira reconhece a *alimentação* como um direito humano universal (BRASIL, 2010).

Art. 6º “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (grifo nosso).

A SAN pressupõe a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), que consiste em um direito humano indivisível, universal e não discriminatório, que assegura a qualquer ser humano o direito a se alimentar dignamente, de forma saudável e condizente com seus hábitos culturais (VALENTE, 2002).

Assim, dentre os espaços viáveis para o desenvolvimento de ações voltadas à construção da segurança alimentar e nutricional, com ênfase nas ações de alimentação e nutrição, destaca-se a escola, que é um espaço estratégico de vivência e de formação de hábitos, onde os indivíduos passam parte importante de seu tempo (BOOG *et al*, 2010).

REFERÊNCIAS

BAFFI, M. A. T. O planejamento em educação: revisando conceitos para mudar concepções e práticas. In.: BELLO, J. L. P. **Pedagogia em Foco**, Petrópolis, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais**. 1997

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos do ensino Fundamental: saúde**. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. **A Construção de vidas mais saudáveis** / Secretaria de Políticas de Saúde, Projeto de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. 2004.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 de setembro de 2006a.

BRASIL. Ministério da Educação. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Avanços e Dificuldades da Inserção do Nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Apresentação no III Congresso Internacional da LA RAE 2007. [2007]. Disponível em:<
<http://www.rebrae.com.br/congresso.html>>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Emenda constitucional n. 64, de 05 de fevereiro de 2010. Dá nova redação ao artigo 6 incluindo a alimentação como direito social. Brasília, DF: Senado, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de alimentação e nutrição**. 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2011c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012a.

BERNART, A.; ZANARDO, V.P.S. Educação nutricional para crianças em escolas públicas de Erechim/RS. **Revista Eletrônica de Extensão da URI**. v.7, n.13, p.71-79, 2011.

BIZZO MLG; LEDER L. Educação Nutricional nos Parâmetros Curriculares Nacionais Para o Ensino Fundamental. **Revista de Nutrição**, v. 18, n. 5, p 661-667, 2005.

BOOG, M. C. F. Educação nutricional: passado, presente, futuro. **Revista de Nutrição**, v.10, n. 1, p. 5-19, 1997.

BOOG, M C F. et al. Utilização de vídeo como estratégia de educação nutricional para adolescentes: comer. o fruto ou o produto? **Revista de Nutrição**, v. 16, n. 3, p. 281-293, 2003.

BOOG, M. C. F. **O professor e a alimentação escolar: Ensinando a amar a terra e o que a terra produz**. Campinas: Komedi, 2008.

BOOG, M. C. F. Programa de educação nutricional em escola de ensino fundamental de zona rural. **Revista de Nutrição**, v. 23, n. 6, p. 1005- 1017, 2010.

BOTELHO, L.P., et al. Promoção da alimentação saudável para escolares: aprendizados e percepções de um grupo operativo. **Nutrire: Revista Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição**, v. 35, n.2, p.103-116, 2010.

CHAVES, L. G. et al. Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil, **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 917-926, 2013.

COSTA, A.G.M., et al. Avaliação da influência da educação nutricional no hábito alimentar de crianças. **Revista do Instituto de Ciências da Saúde**, v.27, n.3, p.237-243, 2009.

CUNHA E, et al. A alimentação orgânica e as ações educativas na escola: diagnóstico para a educação em saúde e nutrição. **Ciência & Saúde Coletiva**, 15(1): 39-49, 2010.

DAVANÇO GM; TADDEI JAAC; GAGLIANONE CV. Conhecimentos, Atitudes e Práticas de Professores de Ciclo Básico, Expostos e Não-Expostos a Curso de Educação Nutricional. **Revista de Nutrição**. 2004.

DOYLE E.I.; FELDMAN, R. H. L. Are local teachers or nutrition experts perceived as more effective among Brazilian high school students. **Journal of School Health**, v. 64, n. 3, p. 115-118, 1994.

GARCIA, W. G. Inclusão do tema alimentação/nutrição nos cursos de pedagogia. **Anais do Simpósio Escola, Nutrição e Saúde: desafios contemporâneos**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo; 2005.

GABRIEL CG, et al. Avaliação de um programa para promoção de hábitos alimentares saudáveis em escolares de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. **A Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**. v. 8, n. 3, p. 299-308 . 2008.

GOMES, D.M. et al.. O papel da escola na formação do bom hábito alimentar. **Revista Científica da FAMINAS**, v. 1, n. 1, p. 28, 2005.

FERNANDES P. S., et al. Avaliação do efeito da educação nutricional na prevalência de sobrepeso/obesidade e no consumo alimentar de escolares do ensino fundamental. **Jornal de Pediatria**, v. 85, n. 4, p. 315-321, 2009.

LONGO-SILVA, G. et al., Percepções de educadores de creches acerca de práticas cotidianas na alimentação de lactentes: impacto de um treinamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 2, p. 545-552, 2013.

OLIVEIRA, S.P.; THÉBAUD-MONY, A. Estudo do consumo alimentar: em busca de uma abordagem multidisciplinar. **Revista de Saúde Pública**, v. 31, n. 2, p. 201-208, 1997.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Nações Unidas do Brasil. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em: http://www.onubrasil.org.br/documentos_direitos_humanos.php. Acesso em: julho de 2012.

PADILHA, P. R. Projeto Político-Pedagógico: caminho para uma escola cidadã mais bela, prazerosa e aprendente. **Revista Pátio**, nº25, Ano VII fev/abr 2003.

PELICIONI MCFE, TORRES AL. Promoção da saúde: a escola promotora da saúde. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 1999. **Séries Monográficas**. Disponível: <<http://www.bvs-sp.fsp.usp.br/tecom/docs/1999/pel001.pdf>>. Acesso em: agosto de 2012.

PICCOLI L, JOHANN R, CORRÊA EN. A educação nutricional nas séries iniciais de escolas públicas estaduais de dois municípios do oeste de Santa Catarina. **Nutrire: Revista Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição**, v. 35, n. 3, 2010.

PHILIPPI JR A, PELICIONI MCF. **Recursos humanos em educação ambiental: o papel da faculdade de saúde pública da USP**. São Paulo, 1999 [Apostila de textos para discussão no seminário sobre educação ambiental – desenvolvimento de cursos e projetos. Faculdade de saúde pública da USP].

MARINHO, F. C. M.; ASSAO, T. Y.; CERVATO-MANCUSO, A. M.. Percepções e práticas dos diretores e coordenadores acerca da alimentação infantil em creches públicas do município de Jandira, São Paulo, Brasil. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v.17, n. 2, p. 40-49, 2010.

SALVI, C.; CENI, G.C.. Educação nutricional para pré-escolares da associação creche Madre Alix. **Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI**. v.5, n.8, p.71-76, 2009.

SANTOS, L. A. S. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Revista de Nutrição**, v. 18, n. 5, 2005.

SANTOS, L. A. S. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, n. 2, p. 453-462, 2012.

SHIMABUKURO, E. E.; OLIVEIRA, M. N.; TADDEI, J. A. A. C. Conhecimentos de educadores de creches sobre alimentação infantil. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 26, n. 3, p. 231-237, 2008.

TRICHES, R.M.; GIUGLIANI, E.R.J. Obesidade, práticas alimentares e conhecimentos de nutrição em escolares. **Revista de Saúde Pública**, v.39, n.4, p.541-547, 2005.

TEMPORINI, E. R. Saúde do Escolar: conduta e opinião de professores do sistema de ensino do Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Saúde Escolar**, v. 2, n. 3-4, p. 123-36, 1992.

ZANCUL MS, VALETA LN. Educação nutricional no ensino fundamental: resultados de um estudo de intervenção. **Nutrire: Revista Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição**, São Paulo, v. 34, n. 3, 2009.

VALENTE FLS. **Direito humano à alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Editora Cortez; 2002.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

3 ARTIGO DE RESULTADOS

BEZERRA, AF; FERREIRA, HS, MENEZES, RCE. Ações de alimentação e nutrição nas escolas públicas de ensino fundamental do município de Maceió, AL, 2013.

AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, AL, 2013.^a

Título resumido: Ações de Alimentação e Nutrição nas Escolas

ARIANA DE FARIAS BEZERRA

Nutricionista, Aluna do Mestrado em Nutrição da FANUT da UFAL
Campus A.C. Simões – BR 104 Norte – Km 96.7 – Tabuleiro do Martins, 57072-970
Maceió – Alagoas
arianabezerra_nutricionista@yahoo.com.br

HAROLDO DA SILVA FERREIRA*

Professor da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Alagoas
Campus A.C. Simões – BR 104 Norte – Km 96.7 – Tabuleiro do Martins, 57072-970
Maceió – Alagoas
haroldo.ufal@gmail.com

RISIA CRISTINA EGITO DE MENEZES

Professor da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Alagoas
Campus A.C. Simões – BR 104 Norte – Km 96.7 – Tabuleiro do Martins, 57072-970
Maceió – Alagoas

Conflito de interesses: Os autores declaram não haver conflito de interesses.

*Autor para correspondência

^aArtigo baseado na Dissertação de Mestrado de Ariana de Farias Bezerra

RESUMO

Introdução: As ações de alimentação e nutrição no ambiente escolar consiste em um trabalho intersetorial, tendo como princípio a garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada. Este estudo teve como objetivo identificar as ações de alimentação e nutrição desenvolvidas nas escolas públicas de ensino fundamental de Maceió.

Métodos: Trata-se de um estudo transversal, descritivo com abordagem qualitativa, desenvolvido por meio de entrevistas semi-estruturadas com os entrevistados (diretores, coordenadores pedagógico e professores).

Resultados: Em termos de caracterização, observou-se que 86% dos diretores acreditam que o desenvolvimento das atividades relacionadas a alimentação e nutrição podem influenciar na formação de hábitos alimentares saudáveis dos escolares. Dos coordenadores pedagógicos avaliados, cerca de 59%, referiram estar dispostos no Projeto Político Pedagógico (PPP) ações que versam sobre o tema alimentação e nutrição no âmbito escolar, com o desenvolvimento destas prioritariamente na disciplina de ciências com 81% e 19% em outras disciplinas do ensino fundamental. Sendo o tema mais abordado 49%, a “Higiene dos alimentos”, seguido de temas relacionados ao consumo excessivo de sal, doces e açúcares, enlatados e embutidos. Dentre as ações de alimentação e nutrição identificadas assume destaque 59% dos professores refere a divulgação de opções de alimentos saudáveis (OS) nas aulas e 24% afirmou desenvolver atividades que abordam sobre de alimentação e nutrição junto a comunidade (AC). A dificuldade da realização de ações de alimentação e nutrição no ambiente escolar é justificada, por 33% dos professores, pela ausência de formação específica relativa ao tema.

Conclusão: Verifica-se que ações de alimentação e nutrição são realizadas nas escolas de ensino fundamental na cidade de Maceió, porém executadas de maneira pontual, de forma a não garantir a promoção à saúde e estimular hábitos de alimentação saudável. E ainda, os professores destacam a necessidade da realização de capacitação continua dos profissionais de educação quanto ao tema alimentação e nutrição.

PALAVRAS-CHAVE: Escolas, Promoção da Saúde, Alimentação e Nutrição.

ABSTRACT

Introduction: The shares of food and nutrition in the school environment consists of an intersectoral work, taking as a principle ensuring the Human Right to Adequate Food. This study aimed to identify the shares of food and nutrition developed in public elementary schools in Maceió.

Methods: This was a cross-sectional, descriptive study with a qualitative approach, developed through semi-structured interviews with respondents (principals, teachers and educational coordinators) interviews.

Results: In terms of characterization, it was observed that 86% of directors believe that the development of food and nutrition related activities can influence the formation of healthy eating habits among students. Reviews of educational coordinators, about 59% reported being arranged in Political Project (PPP) actions that deal with the theme of food and nutrition in schools, with priority on the development of these sciences discipline with 81% and 19% in other school subjects. Being the biggest single issue 49%, the "Food safety", followed by issues related to excessive consumption of salt, sugars and sweets, and canned meats. Among the actions identified food and nutrition emphasis assumes 59% of teachers refers to disclosure of healthy food options (OS) in the classroom and 24% said developing activities that address about food and nutrition in the community (AC). The difficulty performing stocks of food and nutrition in the school environment is justified, 33% of teachers, the lack of specific training on the subject.

Conclusion: It is found that shares of food and nutrition are conducted in elementary schools in the city of Maceió, but executed in a timely manner, so as not to ensure health promotion and encourage healthy eating habits. And yet, teachers emphasize the need to conduct continuous training of education professionals on the topic of food and nutrition.

KEYWORDS: Schools, Health Promotion, Nutrition.

INTRODUÇÃO

A alimentação e a nutrição constituem requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania (BRASIL, 2012)¹.

A gestão dessas ações pressupõe o desenvolvimento de um processo que envolve as funções de planejamento, organização, direção e controle que deverá conduzir ao cuidado nutricional de forma alinhada, planejada e articulada (BRASIL, 2011)².

A escola aparece como espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações de melhoria das condições de saúde e do estado nutricional das crianças (RAMOS; STEIN, 2000)³, sendo um setor estratégico para a concretização de ações de alimentação e nutrição.

O educador é um dos elementos mais importantes como referência de comportamento e como promotor de ações que favoreçam a aquisição de bons hábitos alimentares, devendo o processo de educação alimentar na escola envolver a criança, a família e a comunidade na qual está inserida (BIZZO e LEDER, 2005)⁴.

Nesse sentido, este artigo tem o objetivo de sistematizar as informações relativas a identificação das ações de alimentação e nutrição nas escolas públicas de ensino fundamental de Maceió, contribuindo para o planejamento de ações efetivas de promoção da saúde no ambiente escolar.

MÉTODOS

Caracterização do Estudo

Este trabalho faz parte do projeto *“Avaliação da realização do direito humano à alimentação adequada entre os alunos da rede pública e privada de ensino fundamental do estado de Alagoas”*, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (processo n.º 017299/2011-43).

Trata-se de um estudo de caráter transversal, descritivo com abordagem qualitativa, cuja unidade de observação foram as escolas públicas de ensino fundamental do município de Maceió, sendo entrevistado os diretores, coordenadores e professores. O estudo foi realizado no período de março/2012 a março/2013.

Cálculo amostral

Para definição do tamanho da amostra de escolas a ser investigada, utilizaram-se critérios metodológicos fundamentados em questões técnico-científicas e operacionais.

De acordo com os dados do Censo Educacional das Escolas de Ensino Básico, promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP)⁵ do Ministério da Educação, o município de Maceió no ano de 2011, apresentava o universo de 121 escolas públicas.

Os critérios de exclusão das escolas foram dois: não ter os dados cadastrais atualizados e não contemplar crianças de 9 a 11 anos de idade de ambos os sexos, regularmente matriculados.

A amostra foi calculada utilizando fórmulas de técnicas de descritas por Patton (1991)⁶, resultando em um número de 40 escolas. O sorteio da amostra foi realizado a partir da listagem das escolas, as quais receberam um número correspondente, apresentando a mesma probabilidade de ser sorteada.

Quanto aos entrevistados, todos os diretores e coordenadores pedagógicos foram convidados a participar do estudo. Já os professores foram indicados pela coordenação pedagógica, um representante de cada escola sorteada, identificando como responsável por desenvolver ações de alimentação e nutrição.

Instrumento

Um questionário semi-estruturado, composto por 76 questões do tipo aberta e fechada foi o instrumento adotado para coleta de dados (apêndice).

A definição dos informantes – diretores, coordenador pedagógico e professores – para realização das entrevistas seguiu o estudo de Iuliano, Mancuso e Gambardella (2009)⁷, os quais apresentam objetivo similar ao presente estudo.

O questionário abordou os seguintes pontos: **i) para os diretores** vinculou-se questionamentos a respeito do planejamento, execução, conhecimentos e intersetorialidade das ações de alimentação e nutrição; **ii) para os coordenadores**, sinalizou questões relacionadas a formação técnica, planejamento, execução e participação da comunidade, principais atores e espaços envolvidos, nas atividades da escola relacionadas à ações de alimentação e nutrição; **iii) para professores nas escolas** foram questionados dados sobre a formação técnica, intersetorialidade,

dificuldades e recursos pedagógicos no desenvolvimento das ações de alimentação e nutrição junto aos escolares

Teste do instrumento da Pesquisa

Foi realizado um teste piloto do instrumento em uma escola pública de ensino fundamental de Maceió com a posterior discussão e reformulação do instrumento de coleta de dados e logística de operacionalização junto aos membros da pesquisa.

Este teste foi realizado com o objetivo de capacitar a equipe (alunos do curso de graduação e do mestrado em nutrição) no manuseio adequado do instrumento, bem como no sentido de propiciar possíveis ajustes no mesmo.

Além disso, avaliou-se o tempo necessário a realização da entrevista; a adequação ao ator a ser entrevistado; a ordem e a sequência lógica das perguntas; a necessidade de excluir perguntas de caráter repetitivo ou inserir assertivas para algumas das questões não estruturadas, procurando reduzir possíveis erros no resultado final.

Coleta e Análise de Dados

As visitas às escolas ocorreram após contato prévio junto a direção das mesmas, com o agendamento do horário a ser aplicado o instrumento junto aos atores desta pesquisa (diretores, coordenadores pedagógico e professores). Após a apresentação e esclarecidos dos objetivos da pesquisa, solicitou-se que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), fosse lido e assinado.

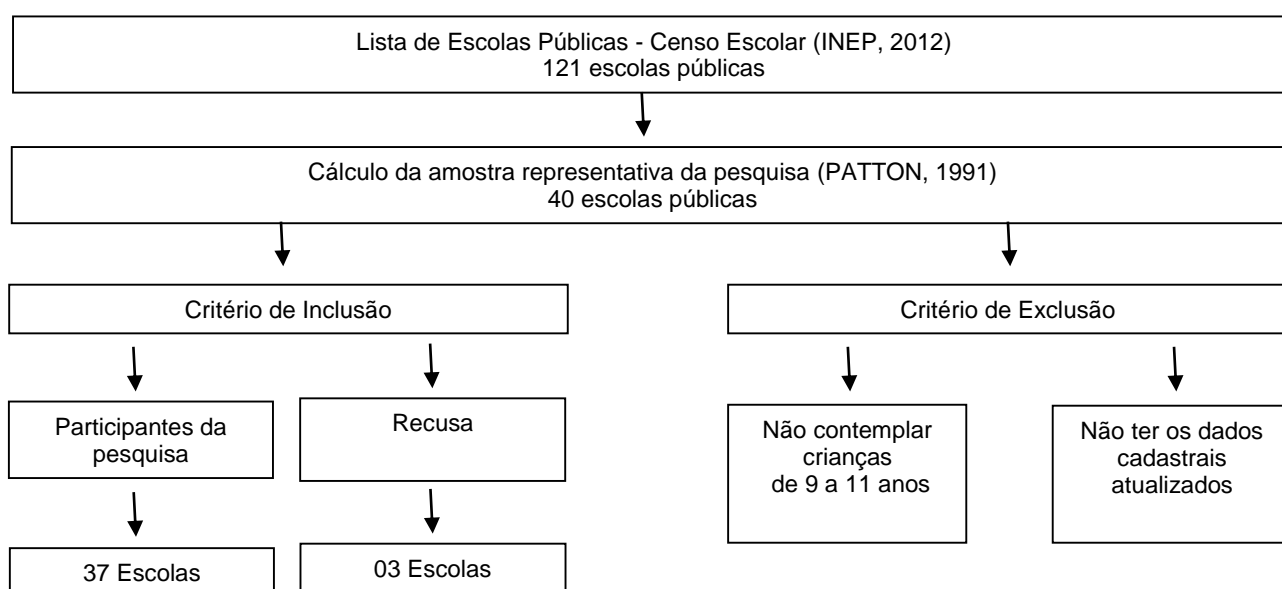
A entrevista foi individual e quando necessário foram esclarecidas todas as dúvidas no momento de sua realização. Os dados levantados a partir dos questionários e análise documental foram avaliados de forma descritiva (QUIVY, 1992)⁸, onde foram organizados de acordo com os três grupos pesquisados – diretores, coordenadores pedagógicos e professores - e analisados por meio de similaridades e diferenças observadas. Visando o anonimato dos participantes, adotaram-se letras para representar os atores da pesquisa, sendo diretores (D), coordenadores pedagógicos (CP) e professores (P), seguido por um número de acordo com a quantidade de entrevistados.

De forma que a leitura dos depoimentos obtidos ocorreu de maneira abrangente, buscando identificar ações de alimentação e nutrição desenvolvidas no âmbito escolar e suas principais características, mesmo quando não reconhecidas como tal pelos entrevistados.

RESULTADOS

Do total de 40 escolas avaliadas, três destas não seguiram a pesquisa por não adesão e disponibilidade por parte dos entrevistados a pesquisa. Portanto, o total de escolas avaliadas no estudo foi 37 escolas.

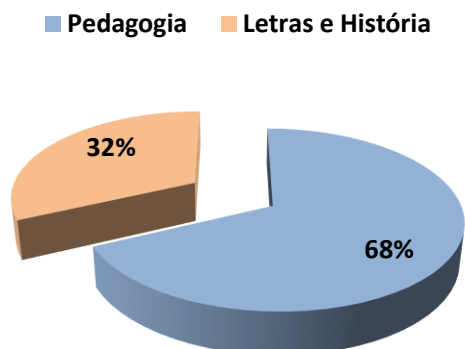
Figura 01 – Participação das Escolas Públicas do município de Maceió na pesquisa.



Fonte: Dados da pesquisa Bezerra, 2013.

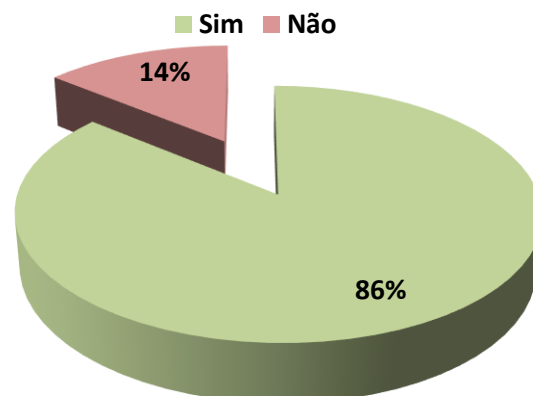
Do total de diretores participantes do estudo, 68% (25/37) possuíam formação básica em pedagogia e 32% (12/37) possuíam formação em outras áreas (letras e história). Apenas 13% dos diretores não concordaram que o desenvolvimento das atividades relacionadas a alimentação e nutrição podem influenciar na formação de hábitos alimentares saudáveis dos escolares.

Gráfico 01 - Formação dos diretores das escolas públicas de ensino fundamental de Maceió, Alagoas.



Fonte: Dados da pesquisa Bezerra, 2013.

Gráfico 02 - Influência das ações de alimentação e nutrição na formação de hábitos saudáveis.



Fonte: Dados da pesquisa Bezerra, 2013.

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) foi apontada por 43% (16/37) dos diretores como responsável pelo processo de implantação das atividades de ações de alimentação e nutrição no ambiente escolar; 33% (12/37) atribuem esta responsabilidade a outros atores (merendeiras, conselhos, poder público) e 24% (9/37) referiu que poder público e sociedade são os responsáveis.

O apoio técnico e operacional do estado e município na implementação de capacitação de profissionais de saúde e de educação, merendeiras, cantineiros, conselheiros de alimentação escolar e outros profissionais interessados foi confirmado por 81% (30/37) dos diretores.

Todos os diretores pesquisados concordaram que a alimentação saudável é um direito humano, devendo ser respeitado conforme disposto na Constituição Federal (1988)⁹, como evidenciam alguns depoimentos:

“(...) pois tem alunos que tem a alimentação cessada em casa, tendo a merenda como única alimentação diária. A merenda escolar é direito de todos.” (D1)

“Todo ser humano tem direito a alimentação saudável, porém a situação financeira de alguns não permite.” (D2)

“A alimentação saudável é um direito humano e dever do Estado. Para sobreviver é imprescindível uma alimentação saudável.” (D3)

“É uma questão de vida, e a vida precisa ser preservada, como preconiza a Constituição Federal/88, como direito básico e fundamental.” (D4)

“A alimentação saudável é a forma mais segura de prevenir problemas de saúde.” (D5)

“(…) pois tem alunos que tem a alimentação cessada em casa, tendo a merenda como única alimentação diária. A merenda escolar é direito de todos.” (D1)

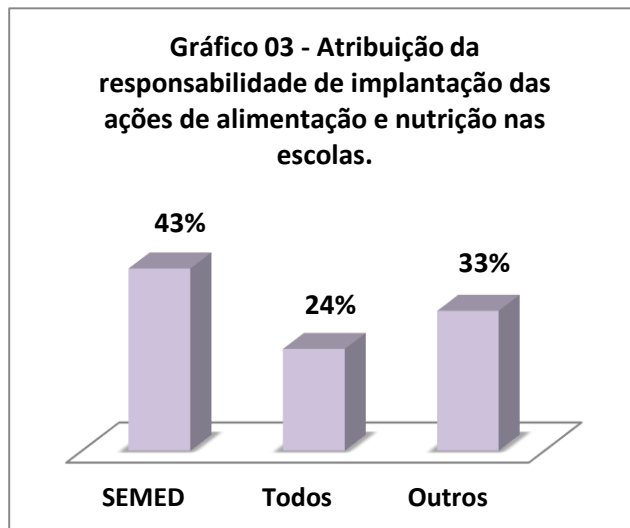
“Todo ser humano tem direito a alimentação saudável, porém a situação financeira de alguns não permite.” (D2)

“A alimentação saudável é um direito humano e dever do Estado. Para sobreviver é imprescindível uma alimentação saudável.” (D3)

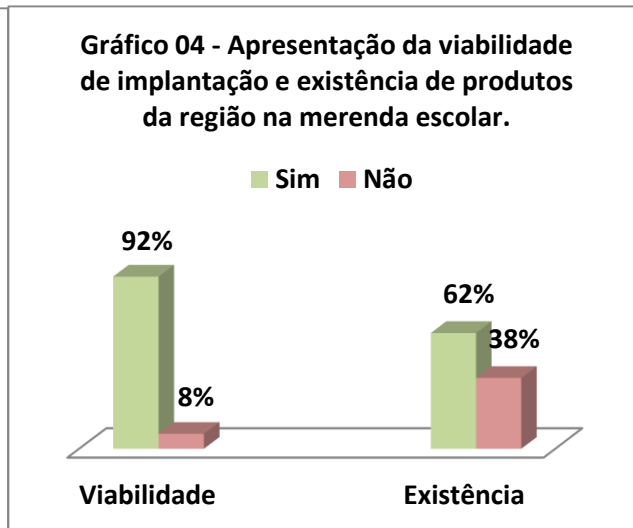
“É uma questão de vida, e a vida precisa ser preservada, como preconiza a Constituição Federal/88, como direito básico e fundamental.” (D4)

“A alimentação saudável é a forma mais segura de prevenir problemas de saúde.” (D5)

Quando a inclusão de produtos alimentares da região no cardápio escolar 92% (34/37) dos diretores, afirmam ser possível a inclusão, porém 38% (14/37) apontaram a inexistência destes produtos na merenda escolar.



Fonte: Dados da pesquisa Bezerra, 2013.

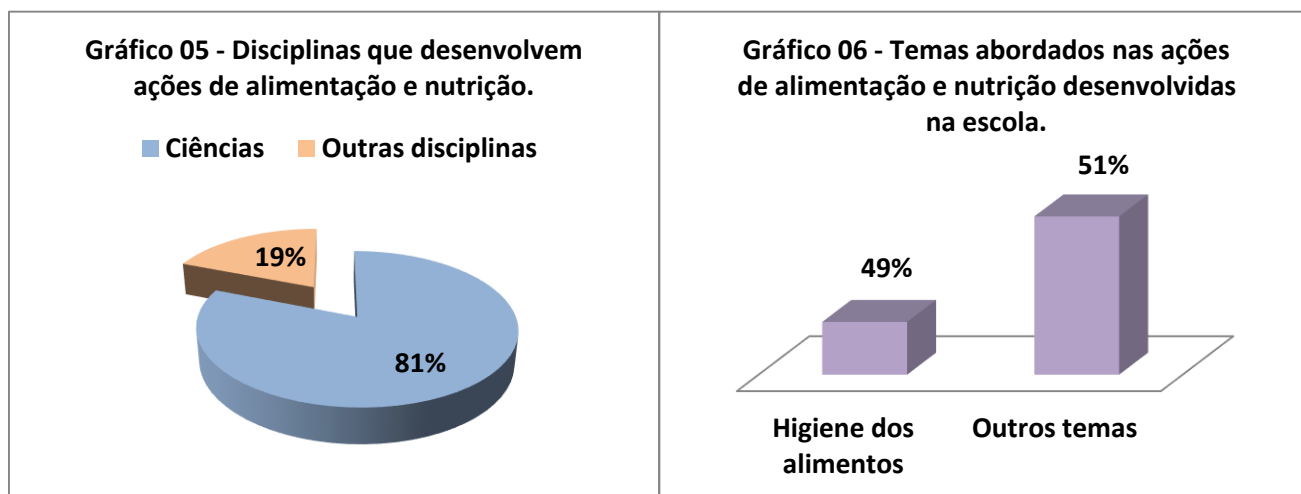


Fonte: Dados da pesquisa Bezerra, 2013.

Em relação a responsabilidade de elaboração do cardápio da merenda escolar, 100% (37) dos entrevistados apontam a SEMED como responsável, e ainda, 76% (28/37) destes referem não haver a participação da escola neste processo.

Quanto aos coordenadores pedagógicos, 59% confirmaram a presença de ações que versam sobre o tema alimentação e nutrição no Projeto Político

Pedagógico (PPP), sendo desenvolvido prioritariamente na disciplina de ciências em 81% das escolas e em 19% em outras disciplinas do ensino fundamental. Onde o tema mais abordado é “*Higiene dos alimentos*” seguido de temas relacionados ao consumo excessivo de sal, doces e açúcares, enlatados e embutidos.



Fonte: Dados da pesquisa Bezerra, 2013.

Fonte: Dados da pesquisa Bezerra, 2013.

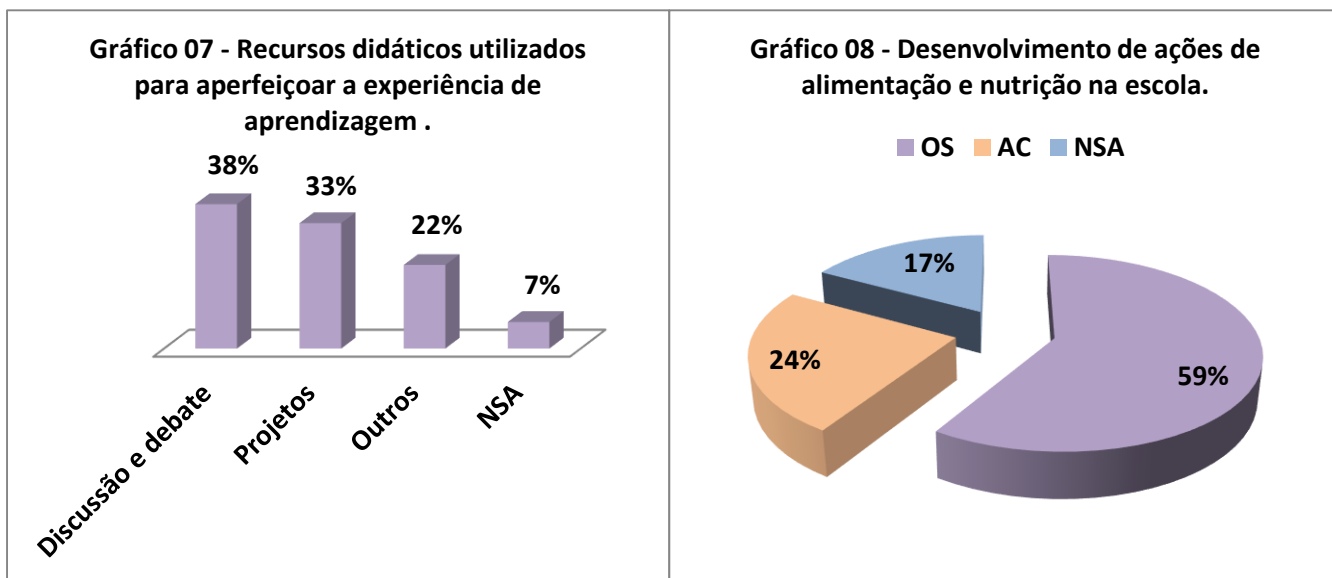
Segundo 70% dos coordenadores pedagógicos são realizadas reuniões de planejamento junto aos professores, tendo como parâmetro as ementas propostas para cada disciplina. Quando questionados sobre a percepção da merenda escolar, 49% caracterizaram como *boa* a merenda escolar servida e 43% caracterizaram como excelente.

No que diz respeito a formação acadêmica e pedagógica dos professores entrevistados, 51% possuem pós graduação, destacando-se a psicopedagogia e gestão escolar. Sendo 57% tem formação na área de pedagogia e 43% em outras áreas (história, artes, magistério, direito). Quando foram interrogados sobre a abordagem de conteúdos relacionados a alimentação e nutrição na grade curricular nos cursos de graduação e de pós graduação, todos revelaram a ausência de abordagem específica sobre a o tema nos cursos de formação e complementares.

A dificuldade da realização de ações de alimentação e nutrição no ambiente escolar é justificada, por 33% dos professores, pela ausência de formação específica relativa ao tema. A metodologia mais adotada, referida por 57% dos professores, para abordar os temas de alimentação e nutrição é o uso dos livros didáticos utilizados na escola e os demais professores relataram fazer uso de outras metodologias (lousa, data show, vídeos, aulas desenvolvidas fora da sala).

Dentre os recursos didáticos disponíveis para aperfeiçoar a experiência da aprendizagem prática dos estudantes relativas as ações de alimentação e nutrição, assume destaque a discussão e debate seguido por projetos. A conclusão dos projetos desenvolvidos em sala de aula é apresentada para a comunidade na forma de feiras de ciências, exposição de trabalhos, palestras e oficinas culinárias.

Do total de professores entrevistados, 70% afirmaram referir a merenda escolar em sala de aula, citando a importância de se trabalhar o tema alimentação e nutrição nas escolas. Nesse sentido, 59% dos professores refere a divulgação de opções de alimentos saudáveis (OS) nas aulas e 24% afirmou desenvolver atividades que abordam sobre de alimentação e nutrição junto a comunidade (AC).



Fonte: Dados da pesquisa Bezerra, 2013.

Fonte: Dados da pesquisa Bezerra, 2013.

No momento da distribuição da merenda escolar, 46% dos professores, relatam auxiliar com a organização das filas, distribuição da refeição e monitoramento das opções trazidas de casa. Desta maneira, destaca-se algumas frases que corroboram com a consciência por parte dos professores sobre a importância da merenda escolar para os escolares:

“A merenda escolar serve para auxiliar as crianças na formação de hábitos saudáveis.” (P1)

“É importante falar sobre a merenda escolar, porque temos que levar conhecimento sobre a importância da alimentação.” (P2)

“A merenda escolar atua na melhoria do desempenho do educando.” (P3)

“Falar sobre a merenda escolar funciona como uma forma para desmistificar tabus e mitos na alimentação e orientar sobre a importância da alimentação saudável.” (P4)

“Sabemos que existe deficiência de conteúdo e formação, devido a diferentes níveis socioeconômicos; no entanto, a merenda escolar atua no fomento a importância de se trabalhar o tema alimentação saudável a partir das potencialidades locais, realidade vivenciada.” (P5)

DISCUSSÃO

A pesquisa revela que os diretores são conscientes da importância de ações de alimentação e nutrição no ambiente escolar. Todavia, direciona a responsabilidade da execução dessas ações a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), eximindo-se da responsabilidade de estimular e promover ações de educação alimentar e nutricional durante sua gestão.

Segundo Trigo e Costa (2008)¹⁰, em um estudo desenvolvido com diretores de seis estados brasileiros, verificaram que o diretor assume uma postura de responsabilidade, sendo um líder na busca de alternativas que colaborem para a superação das dificuldades do cotidiano escolar e, portanto, para o sucesso de sua escola. Sendo assim, o gestor possui autonomia escolar para desenvolver ações e decidirem sobre certos aspectos da escola, mesmo diante da existência de normas e regras, que regulam suas ações, o diretor é o grande estimulador e importante na tomada de decisão para avanço dos objetivos escolares.

Os diretores também destacam a iniciativa do Estado e Município em capacitar profissionais, todavia somente o pessoal diretamente envolvido com a merenda escolar participa, a citar, merendeiras. O fato dos órgãos competentes promoverem capacitação de recursos humanos esta em consonância com as responsabilidades descritas na PNAN, que informa que é responsabilidade do estado e município promover a difusão de conhecimentos e recomendações sobre práticas alimentares saudáveis, mobilizando, para tanto, diferentes segmentos sociais, como, por exemplo, a escola. Além disso, vale destacar que a capacitação de recursos humanos, principalmente dos professores, para a prática do ensino de temas de saúde e nutrição, bem como para identificar problemas nutricionais é uma das diretrizes da PNAN (BRASIL, 2012)¹¹.

Entretanto, os diretores não referem a própria participação ou mesmo do corpo docente nos treinamentos, capacitação e oficinas promovidas pelas secretarias de educação. Mesmo afirmando conhecer que alimentação é um direito constitucional, os diretores não demonstram em suas declarações possuir papel ativo no ambiente escolar no que se refere sobre ações de alimentação e nutrição. Desta maneira, a não participação por parte dos gestores, coordenadores pedagógicos e docentes nas capacitações sobre alimentação e nutrição promovidas por nutricionistas vinculadas as secretarias estaduais e municipais aumentam ainda mais o abismo entre ambiente escolar e alimentação saudável.

Grande parte dos diretores afirmou ser possível a inclusão de alimentos regionais no cardápio da merenda, porém poucas escolas contemplam esses alimentos no cardápio da merenda escolar. A inclusão e resgate de práticas alimentares do povo local valorização do patrimônio cultural alimentar, e ainda, incentiva o desenvolvimento da produção local, aumento assim o interesse pelo cultivo, extração racional, produção e sobre tudo contribui para geração de renda.

O Programa nacional de alimentação escolar (PNAE) refere que os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando, entre outros aspectos, a cultura e tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada (BRASIL, 2012)¹⁰.

No intuito de garantir que os princípios do PNAE sejam reais no cotidiano da alimentação escolar surge o desafio de agregar os hábitos alimentares dos escolares, de acordo com sua região de moradia, aos cardápios. Dessa maneira, objetiva-se que os hábitos alimentares regionais sejam respeitados, valorizando e reafirmando as especificidades locais; e ainda promove fortalecimento das identidades sociais (PAIVA, FREITAS, SANTOS, 2012)¹².

De acordo com os resultados obtidos verifica-se que temas voltados para alimentação e nutrição são prioritariamente trabalhados na disciplina de ciências e focados nem temas relacionados a higiene dos alimentos. Essa realidade é semelhante a encontrada por Mainardi (2005)¹³, que verificou também que professores de Ciências são os professores que mais trabalham sobre a questão de alimentação e nutrição.

Os parâmetros curriculares nacionais incluem a interdisciplinaridade, buscando integrar o cotidiano social com o saber escolar; e ainda, incorpora temas transversais como questões sociais relevantes, a citar temas relacionados a saúde (BRASIL, 1997)¹⁴. A interdisciplinaridade surgiu no final do século XIX com intuito de estabelecer uma interação entre as diversas áreas do conhecimento científico, visto que as ciências foram fragmentadas em disciplinas (FAZENDA, 1993)¹⁵. Nesse sentido, interdisciplinaridade vem trazer a escola uma nova responsabilidade, que foca na formação do sujeito social, articulando saber, conhecimento e vivência (BOVO, 2004)¹⁶.

A temática sobre nutrição e alimentação se encaixa no conceito de temas transversais, que é definido como um conteúdo educativo que não está ligado em nenhuma disciplina em particular, sendo considerado comum em todas as matérias de conhecimento trabalhadas na escola. Devendo deste modo, ser tratada de modo transversal no currículo global da escola. O agente principal da interdisciplinaridade e transversalidade dos assuntos voltados à nutrição e alimentação no ambiente escolar é o professor, porém toda a equipe envolvida do processo de educativo deve estar engajada no funcionamento dessa interação (BRASIL, 1997; BOVO, 2004)^{14,16}. Diante disso, a equipe pedagógica das escolas deve viver em contínua transformação, sendo necessária uma reflexão e discussão contínua sobre aspectos do cotidiano da prática pedagógica, assim como planejar ações educativas e envolver também a comunidade nesse processo.

Corroborando com os resultados observados quanto a menção da merenda escolar em sala de aula Ferreira (2011)¹⁷ em estudo realizado em escolas públicas de Goiânia, verificaram que 50% dos professores e coordenadores referiram realizar atividades pedagógicas relacionadas a merenda escolar, em consonância aos resultados obtidos nesta pesquisa.

A sensibilização dos professores sobre seu papel de facilitador na construção do tema alimentação e nutrição usando de metodologias integradoras, parece ser um dos caminhos para que estes conhecimentos possam fazer parte da estrutura curricular básica da escola. Zamai et al. (2004)¹⁸ concluem que o espaço escolar pode ser considerado favorável a promoção da educação em saúde considerando o papel dos professores enquanto modelos significativos para os alunos no que se refere aos comportamentos relacionados com a saúde do escolar.

As ações de alimentação e nutrição são desenvolvidas principalmente por professores com formação na área de pedagogia, os quais não receberam nenhuma formação (curso, capacitação e/ou pós-graduação) específica ligada à dimensão da alimentação e nutrição. Longo-Silva et al. (2013)¹⁹ relata sobre a falta de capacitação dos educadores de educação infantil de creches da cidade de São Paulo, que durante a entrevista referem que a formação superior não abrange temas voltados para educação em saúde. Já Santos et al. (2013)²⁰, relatam que os coordenadores pedagógicos participantes da pesquisa desenvolvida na Bahia e Sergipe, referem conhecimento insuficiente sobre assuntos voltados para alimentação saudável destacando a necessidade de educação continuada e de construções teórico-metodológicas que subsidiem ações de educação alimentar e nutricional.

Entre as dificuldades observadas, o fato de professores e coordenadores pedagógicos não se sentirem capacitados a ponto de desenvolver ações de educação alimentar e nutricional é um obstáculo a ser enfrentado emergencialmente. Pois enquanto os educadores e coordenadores das escolas se encontrarem nessa insegurança teórico-científica a promoção de saúde no que diz respeito alimentação saudável será uma realidade muito distante do ambiente escolar.

A capacitação dos professores, focada nas ações de alimentação e nutrição, deve ter início na formação acadêmica, como parte do currículo obrigatório, e persistir ao longo de sua carreira profissional, sendo estimulada pelos órgãos governamentais e pelas instituições de ensino superior (CUNHA et al, 2010)²¹.

CONCLUSÃO

Verifica-se que ações de alimentação e nutrição são realizadas nas escolas de ensino fundamental na cidade de Maceió, porém executadas de maneira pontual, de forma a não garantir a promoção à saúde e estimular hábitos de alimentação saudável.

As ações de alimentação e nutrição identificadas são desenvolvidas principalmente pelos professores a partir da utilização dos livros didáticos utilizados nas escolas, e os demais professores relataram fazer uso de outras metodologias

(lousa, data show, vídeos, aulas desenvolvidas fora da sala). Assim, verificamos a inexistência de padronização e teor científico das informações repassadas aos alunos.

Dentre estas ações assume destaque, 59% dos professores refere a divulgação de opções de alimentos saudáveis (OS) nas aulas e 24% afirmou desenvolver atividades que abordam sobre de alimentação e nutrição junto a comunidade (AC).

As dificuldades enfrentadas pelas escolas giram principalmente em torno da falta de capacitação técnico-científica dos diretores, coordenadores pedagógicos e docentes, ou seja, dificuldade experimentada por todos os atores sociais envolvidos no processo de aprendizagem.

A lacuna que existe na formação acadêmica de profissionais que atuam no ambiente escolar sobre educação em saúde é o fato mais pertinente observado na pesquisa. Uma das justificativas para esse problema é que disciplinas de “*Educação em Saúde*” parecem somente estar inclusas na grade curricular de cursos superiores de formação de profissionais da área de saúde. Destacando assim, a falta de articulação entre os parâmetros curriculares nacionais e as políticas públicas de saúde que vigoram no país.

Portanto, a falta de formação adequada por parte dos docentes e outros profissionais do ambiente escolar acaba afetando o desenvolvimento de qualquer ação que se deseje implantar e desenvolver no cotidiano escolar, pois os responsáveis pela execução e inspeção das atividades de educação alimentar e nutricional não são detentores de conhecimento científico e didático para execução de atividade de educação alimentar e nutricional.

Os livros didáticos ainda são o principal instrumento utilizado pelos professores para expor assuntos relacionados a alimentação e nutrição, em destaque os livros de ciência, visto que é a disciplina que prioritariamente trabalha a educação em saúde. Deste modo, fica evidente a necessidade de fazer uso de outras metodologias, principalmente metodologias que levem os alunos a relacionarem o assunto com o contexto cultural, social e econômico no qual estão inseridos. Além disso, destaca-se também a necessidade do uso da interdisciplinaridade e a inclusão de assuntos relacionados a alimentação saudável como assunto transversal nos projetos políticos pedagógicos das escolas.

Os dados compilados e avaliados no presente estudo refletem uma realidade enfrentada pelas escolas de ensino público de ensino fundamental da cidade de Maceió/AL, servindo de alerta para os órgãos governamentais competentes e educadores sobre a necessidade de fortalecer a atenção sobre o desenvolvimento contínuo de ações de alimentação e nutrição no ambiente escolar, assim como a capacitação dos profissionais de educação.

REFERÊNCIAS

- 1 Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.
- 2 Brasil. Ministério da Saúde. Política nacional de alimentação e nutrição. 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2011
- 3 Ramos M, Stein LM. Desenvolvimento do comportamento alimentar infantil. J Pediatría (Rio J) 2000.
- 4 Bizzo MLG; Leder L. Educação Nutricional nos Parâmetros Curriculares Nacionais Para o Ensino Fundamental. Revista de Nutrição, v. 18, n. 5, p 661-667, 2005.
- 5 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Censo escolar: sinopse estatística da educação básica - 2011. Brasília: MEC, 2012.
- 6 Patton MQ. Qualitative evaluation and research methods. 2nd Ed. Newbury Park: Sage Publications; 1991.
- 7 Iuliano, BA.; Mancuso, AM.; Gambardella, AMD. Educação nutricional em escolas de ensino fundamental do município de Guarulhos, SP. Mundo Saúde, v. 3, p. 264-272, 2009.
- 8 Quivy, R.; Campenhoudt, L. Manual de investigação em ciências sociais. Lisboa: Gradiva, 1992. 273 p.
- 9 Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Emenda constitucional n. 64, de 05 de fevereiro de 2010. Dá nova redação ao artigo 6 incluindo a alimentação como direito social. Brasília, DF: Senado, 2010.
- 10 Trigo, J. R.; Costa, J. A. Liderança nas organizações educativas: a direção por valores. Ensaio: avaliação de políticas públicas e Educação [online]. 2008, vol.16, n.61, pp. 561-581.

11 Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012.

12 Paiva, J. B.; Freitas, M. C. S.; Santos, L. A. S.. Hábitos alimentares regionais no Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo qualitativo em um município do sertão da Bahia, Brasil. Revista de Nutrição, v. 25, n. 2, 2012.

13 Mainardi, N. A ingestão de alimentos e as orientações da escola sobre alimentação sob o ponto de vista do aluno concluinte do ensino fundamental. 2005, Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

14 Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997

15 Fazenda, I. C. A. Práticas interdisciplinares na escola. São Paulo: Cortez, 1993.

16 Bovo, M. C.. Interdisciplinaridade e transversalidade como dimensão da ação pedagógica. Maringá, 2005. Disponível em:

<<http://www.urutagua.uem.br//007/07bovo.htm>>. Acesso em: 17 janeiro 2012.

17 Ferreira, O. I. T. Saúde Alimentar/Nutricional e Ambiental: Desafios da educação escolar em Goiânia/GO. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Ciências ambientais e saúde. Pontifca Universidade Católica de Goiás. 2011. Goiânia/GO.

18 Zamai, C. A. et al. Estudo do conhecimento x incidência de fatores de risco entre escolares do ensino fundamental e médio. Revista Movimento e Percepção, v. 4, n. 5, 2004.

19 Longo-Silva, G. et al., Percepções de educadores de creches acerca de práticas cotidianas na alimentação de lactentes: impacto de um treinamento. Ciência & Saúde Coletiva, v. 18, n. 2, p. 545-552, 2013.

20 Santos, L. A. S et al. Formação de coordenadores pedagógico em alimentação escolar: um relato de experiência. Ciência & Saúde Coletiva, v.18, n. 4, p. 993-1000, 2013.

21 Cunha E, et al. A alimentação orgânica e as ações educativas na escola: diagnóstico para a educação em saúde e nutrição. *Ciência & Saúde Coletiva*,15(1): 39-49, 2010.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados obtidos pode-se inferir as seguintes conclusões:

- Sinaliza-se a importância de se estabelecer um cronograma de capacitação continuada abordando a temática alimentação e nutrição para os profissionais da rede municipal de ensino, pois o processo de educação para ser exato deve ser estabelecido por meio da análise de reais necessidades da população alvo.
- Conclui-se, com a análise das entrevistas, bem como do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, que dentre os assuntos abordados junto aos escolares, como os mais citados estão os cuidados com a higiene pessoal e dos alimentos abordados prioritariamente, dentro da disciplina de ciências, porém fica clara a ausência da transversalidade dos temas.
- Os professores apontam a dificuldade de organização de ações pedagógicas, que façam uso dos temas alimentação e nutrição. Pode-se inferir que esta dificuldade tenha como um dos motivos o desenvolvimento dos assuntos serem baseados, prioritariamente, sobre a proposta do livro didático.
- Verificou-se a necessidade emergencial de promover capacitação teórico-metodológica com objetivo de preparar os educadores nas práticas educativas sobre alimentação e nutrição.
- De forma geral, os professores avaliaram a alimentação ofertada na escola como sendo boa, e apontaram o fato de tratar-se de uma alimentação equilibrada e fornecedora de energia como sendo o fato de maior importância da presença desta refeição na escola.
- Enfatiza-se a importância da implementação de ações de alimentação e nutrição, como forma de se instituir uma discussão mais ampliada, de caráter multi e interdisciplinar, sobre o tema e, talvez, partindo-se daí para uma construção diferenciada em ações de ensino e aprendizagem na escola.

- Em face da importância das ações de alimentação e nutrição torna-se imprescindível à união de forças entre as secretarias afins do município (saúde, educação, dentre outras) para a sensibilização dos gestores, a fim de instituir estratégias que atendam as legislações referentes a educação alimentar e nutricional.

Neste sentido, torna-se relevante a realização de novos estudos sobre o desenvolvimento das ações de alimentação e nutrição no contexto escolar e suas contribuições para melhorias na qualidade de vida.

APENDICE A

FORMULÁRIO Nº 7

Identificação das ações de alimentação e nutrição desenvolvidas nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental de Maceió- Alagoas

Escola: _____ Nome: _____

Data: __/__/__ Entrevistador: _____ Horário de início: _ Horário término: ____

1. O tema “Ações de alimentação e nutrição” está presente no projeto político pedagógico (PPP)?

() Sim () Não

1.2 Prioritariamente ele é trabalhado em quais disciplinas?

1.3 Quais os principais temas abordados, relacionados as ações de alimentação e nutrição?

- () higiene dos alimentos () consumo excessivo de sal
() higiene dos manipuladores () consumo excessivo de gordura
() higiene pessoal () consumo excessivo de doces e açúcares
() contaminação dos alimentos () conservação dos alimentos
() consumo excessivo de enlatados e embutidos
() outros

2. Existe Análise do conteúdo dos livros didáticos e paradidáticos adotados, com relação aos assuntos sobre Alimentação e nutrição.

() Sim () Não

2.1 Como esta é realizada?

2.2 Quem faz?

3. Quais as estratégias pedagógicas empregadas no processo ensino-aprendizagem?

- () aprendizagem baseada em problemas () aprendizagem por projetos
() aprendizagem por investigação () aprendizagem por discussão e debate

aprendizagem por colaboração Aula teórica/prática
 Outros _____

4 - Existe formação/ capacitação/ atualização específica do professor sobre o tema que aborda o conteúdo específico de Ações de Alimentação e Nutrição?

Sim Não Não se aplica

Qual?

Há quanto tempo ocorreu?

Existe alguma atividade relacionada à Alimentação e Nutrição desenvolvida na escola? (Ex: Feira de cultura, palestra, entre outros)

Sim Não

5.1 Quais? Cite por ordem de prioridade:

6- Há o envolvimento dos pais nas atividades que envolvem o tema alimentação e nutrição?

Sim Não Não se aplica

6.1 Como?

7- De alguma maneira a merenda escolar/lanche é abordado em sala de aula?

Sim Não

7.1 Como acontece?

8- O professor desempenha algum papel no momento da distribuição da merenda escolar/ horário de lanche?

Sim Não

8.1 Como acontece?

9- Você já experimentou a merenda/ lanche ofertado na escola?

Sim Não

9.1 Como você a avalia?

Excelente Boa Regular Ruim Não se aplica

FORMULÁRIO Nº 7- Identificação das ações de alimentação e nutrição desenvolvidas nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental de Maceió- Alagoas

Escola: _____ Nome: _____

Data: __/__/__ Entrevistador: _____ Horário de início: _____ H. término:

Formação:

1- Como é elaborado e/ou planejado o cardápio/lanche escolar?

() Cantina () Nutricionista () Outros

Quem?

2- A escola participa de alguma forma deste processo?

() Sim () Não

3-As atividades relacionadas a alimentação e nutrição podem de alguma forma influenciar na formação de hábitos alimentares da família?

() Sim () Não

1- Qual o papel da merenda/ lanche escolar na formação de hábitos alimentares dos _____ escolares?

2- Você acha que é possível incluir produtos alimentares produzidos aqui na região no cardápio do lanche escolar?

() Sim () Não

5.1 É incluído produtos alimentares produzidos aqui na região no cardápio do lanche escolar?

() Sim () Não

3- Na sua opinião, a alimentação saudável é um direito humano?

4- De quem é a responsabilidade inerente ao processo de implementação de alimentação saudável nas escolas?

5- Há compartilhamento entre a Secretaria de Saúde/Vigilância Sanitária e Secretaria de Educação.

Sim Não

6- Existe apoio técnico e operacional do estado e município na implementação da alimentação saudável nas escolas?

Sim Não

7- Existe apoio técnico e operacional do estado e município na implementação de capacitação de profissionais de saúde e de educação, merendeiras, cantineiros, conselheiros de alimentação escolar e outros profissionais interessados.

Sim Não

FORMULÁRIO Nº 7- Identificação das ações de alimentação e nutrição desenvolvidas nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental de Maceió- Alagoas

Escola: _____ Nome: _____

Data: __/__/__ Entrevistador: ____ Horário de início: _Horário término: ____

Dados:

1- Quantos anos você tem de docência? _____

2- Em quantas escolas trabalha?
() 1 () 2 () 3 () 4 ou Mais

Formação:

1- Qual é a sua formação? _____

2- Fez pós-graduação? () Sim () Não

2.1 Em quê? (Caso o entrevistado tenha mais de uma pós-graduação, referir a mais atual ou mais relevante para atuação em sua área) _____

3- Quais são as deficiências da formação universitária que você identifica com relação ao seu trabalho atual a respeito das “Ações de alimentação e Nutrição”?

4- Fez alguma formação na área de “Ações de Alimentação e Nutrição”?

() Sim () Não

4.1 Em que área? _____

4.2 Qual o ano de realização?

4.3 Como avalia? () Excelente () Boa () Regular () Ruim () Não se aplica

4.4 Quem viabilizou/de quem foi iniciativa?

Educação em Saúde em sala de aula:

1- Desenvolve ações de Alimentação e Nutrição?

() Sim () Não

2- O que você desenvolve como ações de Alimentação e Nutrição com os alunos?

palestras oficinas projetos discussão

Outros _____

3- Porque não há ações de Alimentação e Nutrição na série em que você leciona?

falta de incentivo falta de formação na área

falta de planejamento falta de recursos

outros _____

4- Qual metodologia é utilizada para as ações de alimentação e nutrição?

método de preleção método de perguntas e respostas

método discussão método áudio visuais

método de leitura método de narração

método de tarefas método demonstrativo

Aula teórica/prática

Outros _____

5- Quais os recursos disponíveis para aperfeiçoar a experiência da aprendizagem e prática dos estudantes?

Data show Livros Lousa Aulas desenvolvidas fora de sala

Outros

6- Com relação ao interesse dos alunos compare as atividades de sua disciplina com o tema "Ações de Alimentação e Nutricional".

alto médio baixo não se aplica

7- Há atividades de sobre o tema Alimentação e nutrições promovidas na escola por outras instituições?

Sim Não não se aplica

7.1 Órgão/Instituição _____

8- O que é mais importante no trabalho relativo às Ações de Alimentação e Nutrição? (Assinalar somente uma questão)

envolvimento no processo de construção

troca de experiências

auxiliar na formação de hábitos saudáveis

participação da comunidade escolar

desmistificar tabus e mitos na alimentação

() trabalhar potencialidades locais

() outros _____

9- Por que trabalhar a Ações de Alimentação e Nutrição?

10- Qual(is) o livro didático que você utiliza para desenvolver ações Alimentação e Nutrição?

() Livro de Ciências () Livro de Português () Livro de Matemática

(_____)

Outros _____

11-Você segue o livro didático? () Sim () Não

Em caso negativo, por quê?

12-Você o corrige o livro?

() Sim () Não

13- Acrescenta coisas ao livro didático? () Sim () Não

14- Você está satisfeito com o livro utilizado? () Sim () Não

14.1- Em caso negativo, por que trabalha com ele?

15- Quem o selecionou?

() escola () SEMED () MEC () professores

() Outro _____

16- Em sua opinião, o que põe em risco a saúde dos alunos em relação à alimentação? (Selecionar apenas uma questão)

() higiene dos alimentos () consumo excessivo de sal

() higiene dos manipuladores () consumo excessivo de gordura

() higiene pessoal () consumo excessivo de doces e

açúcares

() contaminação dos alimentos () conservação dos alimentos

() consumo excessivo de enlatados e embutidos

() outros _____

17- De acordo com a questão anterior, Isso é trabalhado em sala de aula?

() Sim () Não

18- Qual a carga horária disponibilizada para as atividades relacionadas a Alimentação e Nutrição?

19 -As atividades relacionadas a alimentação e nutrição podem de alguma forma influenciar na formação de hábitos alimentares da família?

Sim Não

20- Segurança alimentar e Nutricional: O que significa para você?

21- Existe produção de hortas escolares para a realização de atividades com os alunos e a utilização dos alimentos produzidos na alimentação ofertada na escola?

Sim Não

22- Há restrição ao comércio, no ambiente escolar, de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal?

Sim Não

23- Há divulgação de opções de alimentação saudável?

Sim Não

24- Há incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras?

Sim Não

25- Existe monitoramento da situação nutricional dos escolares? (Antropometria)

Sim Não

26- A escola redimensiona as ações desenvolvidas no cotidiano escolar, valorizando a alimentação como estratégia de promoção da saúde?

Sim Não

27- Existem estratégias, em conjunto com a comunidade escolar, para favorecer escolhas saudáveis?

Sim Não

28- Existe estratégias de informação às famílias, enfatizando sua co-responsabilidade e a importância de sua participação neste processo?

Sim Não

29- Existe divulgação das experiências da alimentação saudável desenvolvida na escola para outras escolas ou entre as turmas, trocando informações e vivências?

Sim Não

APENDICE B



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) Institucional

DIRETORES, COORDENADORES e PROFESSORES

“O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa”.

(Resolução. nº 196/96-IV, do Conselho Nacional de Saúde)

Eu, _____

_____, tendo sido convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa realizada pela UFAL/FANUT, SEMED, SEADES, FAPEAL, CONSEA e ALNUT(em consonância com a Portaria Interministerial 1010, dos Ministérios da Saúde e da Educação), intitulada “**Avaliação da realização do direito humano à alimentação adequada entre os alunos da rede pública e privada de ensino fundamental de Maceió**”, recebi do Prof. HAROLDO DA SILVA FERREIRA, da Faculdade de Nutrição da UFAL, responsável por sua execução, ou por alguém de sua equipe, as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos:

- Que o estudo se destina a identificar situações que caracterizem a insegurança alimentar e nutricional entre as crianças de 9 a 11 anos estudantes de escolas públicas ou privadas de Maceió, visando dar subsídios à população e ao governo no sentido de atuar na garantia do direito humano à alimentação adequada.

- Que os principais resultados que se desejam alcançar são os seguintes:

- Conhecer o estado nutricional das crianças;
- Saber quais os principais fatores associados à anemia;
- Investigar o nível de atividade física praticado pelos escolares;
- Caracterizar a população em relação às condições socioeconômicas, educacionais, de habitação;
- Conhecer o hábito alimentar da criança no ambiente escolar,
- Observar a alimentação fornecida nas escolas.

- Que para a realização deste estudo os pesquisadores visitarão as escolas para fazer perguntas sobre alimentação, condições socioeconômicas e de saúde, além de pesar, medir, verificar a pressão arterial e tirar uma gota de sangue da ponta do dedo das crianças para exame de anemia (obs.: para obtenção de sangue, utilizam-se agulhas descartáveis, super finas e que praticamente não causam dor).

- Que responder essas perguntas, furar o dedo para tirar sangue e se submeter aos demais exames informados acima serão os incômodos que poderei sentir com a minha participação/autorização;
- Que, sempre que eu quiser, serão fornecidas explicações sobre cada uma das partes do estudo.
- Que, a qualquer momento, poderei eu ou a criança recusar a continuar participando do estudo e, também, que eu poderei retirar este meu consentimento, sem que isso me traga qualquer prejuízo ou problema;
- Que as informações conseguidas através da minha participação não permitirão minha identificação, nem de qualquer membro da minha família, exceto aos responsáveis pelo estudo.

Finalmente, tendo eu entendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação e a das pessoas sob minha responsabilidade nesse trabalho e sabendo dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADA OU OBRIGADA.

Cadastro do(a) voluntário(a): _____

Contato de urgência: Prof. Dr. Haroldo da Silva Ferreira. Telefone: 0(xx)82-9381-2731.

Endereço do responsável pela pesquisa: Prof. Dr. Haroldo da Silva Ferreira
 Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Alagoas
 BR 101 Norte, S/Nº, Tabuleiro dos Martins, 57072-970 - Maceió. Telefones: 3214-1160


ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas: Prédio da Reitoria, sala do C.O.C. , Campus A. C. Simões, Cidade Universitária. Telefone: 3214-1053

Maceió, _____ de _____ de 2013

<p>_____</p> <p>Assinatura ou impressão digital do(a) voluntário(a)</p>	<p>Prof. Dr. Haroldo da Silva Ferreira</p> <p>Pesquisador responsável</p>
---	---

ANEXO A

Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)


UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Maceió – AL, 17/09/2012

Senhor (a) Pesquisador (a), Haroldo da Silva Ferreira
Telma Maria de Menezes Toledo Florêncio

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) 14/09/2012, em e com base no parecer emitido pelo (a) relator (a) do processo nº 017299/2011-43 sob o título, **Avaliação da realização do direito humano à alimentação adequada entre os alunos da rede pública e privada de ensino fundamental do estado de Alagoas**, vem por meio deste instrumento comunicar a aprovação do processo supra citado, com base no item VIII.13, b, da Resolução nº 196/96.

O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS 196/96, item V.4).

É papel do(a) pesquisador(a) assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro), e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.

Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e sua justificativa. Em caso de projeto do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o(a) pesquisador(a) ou patrocinador(a) deve enviá-los à mesma junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem incluídas ao protocolo inicial (Res. 251/97, item IV: 2.e).

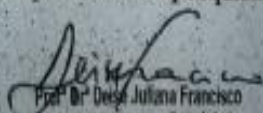
Relatórios parciais e finais devem ser apresentados ao CEP, de acordo com os prazos estabelecidos no Cronograma do Protocolo e na Res. CNS, 196/96.

Na eventualidade de esclarecimentos adicionais, este Comitê coloca-se a disposição dos interessados para o acompanhamento da pesquisa em seus dilemas éticos e exigências contidas nas Resoluções supra - referidas.

Esta aprovação não é válida para subprojetos oriundos do protocolo de pesquisa acima referido.

(*) Áreas temáticas especiais.

Válido até Setembro de 2013.


Prof. Dr. Deisy Juliana Francisco
Coordenadora do Comitê de
Ética em Pesquisa -UFAL

